

**PIRAPORA ENERGIA S.A.**

**Demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2016**

## **Conteúdo**

Relatório anual da administração	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13
Relatório dos auditores independentes	31

## **RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2016**

### **Mensagem da Diretoria**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Pirapora Energia S.A. submete aos Srs Conselheiros de Administração o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

O ano de 2016 foi marcado por um grande desafio representado pela indisponibilidade prolongada da usina causada por problemas nos rotores das unidades 1 e 2. A companhia acionou a garantia do consórcio construtor e estabeleceu um plano de ação para recuperação provisória bem sucedida na unidade 1, que entrou em plena operação ao final do mês de novembro, bem como o cronograma de recuperação definitiva para as duas turbinas, sem maiores ônus a Companhia.

A parte final do plano de ação, relativa à recuperação definitiva dos rotores, está sendo efetuada de acordo com o cronograma estabelecido, o que possibilitará compor uma geração da usina, no período, sem que ocorra repercussão na garantia física consequente das taxas de indisponibilidade verificadas.

É importante ressaltar que, por se tratar de uma usina recém construída, a ocorrência de falhas e a identificação da necessidade de alterações em projetos ocorre com frequência, tendo sido considerado nos Arts. 7º e 8º da Resolução Normativa Aneel nº 409/2010.

A despeito deste evento a empresa seguiu normalmente atendendo seus contratos de fornecimento de energia tendo fechado o ano com receita líquida no valor de R\$ 30,2 milhões, EBITDA de R\$ 22,5 milhões e lucro líquido R\$ 9,1 milhões.

### **Contexto**

A Pirapora Energia S.A. é uma subsidiária integral da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., constituída na forma de Sociedade de Propósito Específico, para viabilizar o financiamento obtido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado a implantação da PCH Pirapora, da linha de transmissão associada e a aquisição dos equipamentos necessários à sua execução da construção, bem como, após concluída a obra, efetuar a operação, manutenção e a comercialização da energia produzida pela usina.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. O início de suas operações se deu em 1º de janeiro de 2015. Ao longo dos primeiros dias de operação, ocorreu uma quebra nos módulos de grades da Tomada d'água por falhas de dimensionamento do projeto que acarretaram na suspensão da geração da usina, até 17 de julho de 2015, para possibilitar ao consórcio construtor a correção e o restabelecimento da PCH.

A energia gerada pela usina foi comercializada com distribuidoras por meio de contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulada – ACR, correspondentes a um montante de 16 MW médios. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044.

O financiamento está sendo normalmente pago ao BNDES em 192 parcelas mensais e sucessivas, com amortização iniciada em 15 de outubro de 2014. Tal valor representou 60% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica), tendo sido o

restante aportado pela controladora. O financiamento, cujo saldo devedor em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 91,7 milhões, tem atualização pela TJLP mais juros de 1,9% a.a. e vencimento em 15 de setembro de 2030.

#### **Paralisação da usina para manutenção**

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico, a unidade geradora – UG2 foi desligada em caráter emergencial. Em seguida, no dia 20 de janeiro, de forma preventiva, foram realizadas inspeções e testes na UG1, constatando também, a existência de problemas nas pás do rotor, fato que tornou obrigatório sua desmontagem. Análises e laudos realizados indicaram que a recuperação definitiva das máquinas exige alterações de projeto e troca de todas as pás do rotor.

O plano para o restabelecimento das unidades geradoras consiste, primeiramente na recuperação provisória da UG1 utilizando as melhores pás existentes nas duas turbinas e, numa segunda fase, a recuperação definitiva das UG's 1 e 2 com a substituição de todas as pás das turbinas. A UG1, com as pás recuperadas, foi comissionada e sincronizada ao sistema em 25 de novembro, estando em plena operação desde então. A previsão para retorno definitivo das unidades com as novas pás é setembro de 2017 para a UG2 e outubro de 2017 para a UG1.

#### **Operação e Manutenção**

A Empresa mantém um contrato de prestação de serviços com a EMAE. Esse contrato tem por objeto a prestação, pela EMAE à Pirapora, de serviços de operação e manutenção da usina. O prazo do contrato é de quatro anos, contados a partir da autorização de início em novembro de 2015 expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No exercício, em decorrência da redução no número de operadores em serviço durante o período de paralisação das unidades geradoras, foram despendidos R\$ 1.6 milhões, de um total orçado de R\$ 2.9 milhões para esse contrato.

#### **Dados de Produção**

A produção mensal de energia elétrica pela PCH Pirapora, desde o início de sua operação comercial, foi de:

Ano Mês	2015		2016	
	MWh	MW méd	MWh	MW méd
jan	788,505	1,06	6.845,768	9,20
fev				
jun				
jul	4.064,675	5,46		
ago	6.470,049	8,70		
set	6.734,745	9,35		
out	7.580,432	10,20		
nov	11.711,406	16,27	848,193	1,18
dez	14.427,358	19,39	6.827,675	9,18
<b>Total</b>	<b>51.777,170</b>	<b>5,91</b>	<b>14.521,636</b>	<b>1,65</b>

### **Risco hidrológico**

A PCH Pirapora, por ser participante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) está sujeita ao Risco Hidrológico. Para mitigar esse risco, em 2015, a Pirapora Energia S.A. requereu à ANEEL a repactuação deste risco, nos termos da Lei nº13.203 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684, com efeitos retroagindo a 1º de janeiro de 2015, obtendo a respectiva anuência por meio do Despacho ANEEL nº189 de 25/01/2016.

### **Receitas**

A venda de 16,0 MW médios às distribuidoras de energia elétrica no mercado regulado, comercializados no 10º Leilão de Energia Nova (A-5 Hidro) promovido pela ANEEL em 30/7/2010, resultou em receita operacional líquida anual de R\$ 27,9 milhões e R\$ 30,2 milhões, auferidas respectivamente nos exercícios de 2015 e 2016.

### **Investimentos**

A Pirapora Energia S.A. investiu, no exercício, recursos próprios no montante de R\$ 601 mil, com objetivo de atender às necessidades de manutenção, segurança e compromissos ambientais, das quais se salienta: fornecimento e instalação de iluminação externa da PCH (R\$ 330 mil); fornecimento e plantio compensatório de mudas de espécies arbóreas nativas e grama (R\$ 90 mil) e fornecimento plataforma de inspeção de linhas de transmissão (R\$ 65 mil).

### **Governança**

A EMAE, na qualidade de Acionista Único da Pirapora Energia S.A. detém plenos poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto social da controlada e adotar as resoluções que julgar necessárias a sua defesa e ao seu desenvolvimento.

As deliberações do Acionista Único, consubstanciadas nas correspondentes atas das reuniões de seu Conselho de Administração, produzirão os mesmos efeitos das deliberações inseridas na competência da Assembléia Geral, nos termos dos artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76, inclusive perante o Registro de Comércio.

A Diretoria é composta por no mínimo dois e no máximo quatro membros, contando, necessariamente, com um Diretor-Presidente e um Diretor responsável pela área administrativa e financeira, todos com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição e escolhidos dentre os membros da Diretoria do Acionista Único, sendo vedada a remuneração cumulativa.

Com a edição da Lei 13.303/2016, os instrumentos de governança passarão por detalhada revisão a fim de adequá-los ao requerido. Nesse contexto, a principal intervenção será a atualização do estatuto social e a adoção do programa de compliance e código de conduta, estes dois últimos derivados dos instrumentos da controladora.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
**(Valores em milhares de reais - R\$)**

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
<b>ATIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	5.117	5.757
Revendedores.....	5	4.019	3.641
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		15	7
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....		11	-
Outros créditos.....	6	1.069	876
		<u>10.231</u>	<u>10.281</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Realizável a longo prazo			
Cauções e depósitos vinculados.....		3.480	3.683
Outros créditos.....	6	2.137	3.827
Imobilizado.....	8	158.667	162.384
		<u>164.284</u>	<u>169.894</u>
<b>TOTAL DO ATIVO.....</b>		<u>174.515</u>	<u>180.175</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
**(Valores em milhares de reais - R\$)**

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores.....		511	198
Empréstimos e financiamentos.....	9	6.671	6.549
Tributos e contribuições sociais.....		156	100
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		-	78
Taxas regulamentares.....		114	468
Dividendos.....	11.2	2.168	3.896
Encargos de uso da rede elétrica.....		16	26
Outros.....	10	268	5.812
		<u>9.904</u>	<u>17.127</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos.....	9	85.054	90.453
		<u>85.054</u>	<u>90.453</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social.....	11.1	59.390	59.390
Reservas de Lucros.....	11.2	20.167	13.205
		<u>79.557</u>	<u>72.595</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>		<u><u>174.515</u></u>	<u><u>180.175</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Notas Explicativas	31.12.16	31.12.15
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....</b>		30.198	27.979
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....</b>	13	(11.638)	(3.425)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....</b>		18.560	24.554
<b>Despesas Operacionais</b>			
Outras receitas e despesas.....		9	3
		9	3
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....</b>		18.569	24.557
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas.....	14	1.804	1.429
Despesas.....	14	(9.685)	(7.951)
		(7.881)	(6.522)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....</b>		<b>10.688</b>	<b>18.035</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Correntes.....	7	(1.558)	(1.358)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....</b>		<b>9.130</b>	<b>16.677</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A :</b>			
Acionistas controladores.....		<b>9.130</b>	<b>16.677</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - Em R\$.....</b>		<b>307,52</b>	<b>561,70</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício.....	9.130	16.677
Outros resultados abrangentes.....	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício.....</b>	<u>9.130</u>	<u>16.677</u>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCRO		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014.....</b>	<b>59.390</b>	-	<b>695</b>	<b>(271)</b>	<b>59.814</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	16.677	16.677
Constituição de reserva legal.....	-	821	-	(821)	-
Dividendo mínimo obrigatório.....	-	-	-	(3.896)	(3.896)
Constituição de reserva especial.....	-	-	11.689	(11.689)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015.....</b>	<b>59.390</b>	<b>821</b>	<b>12.384</b>	<b>-</b>	<b>72.595</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	9.130	9.130
Constituição de reserva legal.....	-	457	-	(457)	-
Dividendo mínimo obrigatório.....	-	-	-	(2.168)	(2.168)
Constituição de reserva de retenção de lucros.....	-	-	6.505	(6.505)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016.....</b>	<b>59.390</b>	<b>1.278</b>	<b>18.889</b>	<b>-</b>	<b>79.557</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b><u>Atividades operacionais</u></b>		
Lucro líquido do exercício.....	9.130	16.677
Depreciação/ amortização.....	3.939	984
Juros sobre empréstimos.....	9.641	7.940
<b><u>Variações nos ativos e passivos</u></b>		
Contas a receber de clientes .....	(378)	(3.641)
Tributos a recuperar.....	(19)	318
Outras contas a receber.....	1.497	(4.703)
Cauções e depósitos vinculados.....	203	(3.683)
Fornecedores.....	313	(3.107)
Folha de pagamento e obrigações sociais.....	(22)	(23)
Outras contas a pagar.....	(931)	1.718
	<b>23.373</b>	<b>12.480</b>
Juros pagos com empréstimos.....	(8.306)	(7.551)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>15.067</b>	<b>4.929</b>
<b><u>Atividades de investimentos</u></b>		
Aquisição de imobilizado.....	(611)	(2.137)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(611)</b>	<b>(2.137)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos</u></b>		
Dividendos pagos.....	(3.896)	-
Ingresso / (Pagamento) de mútuo entre partes relacionadas.....	(4.588)	4.588
Pagamentos de empréstimos e financiamentos.....	(6.612)	(6.536)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(15.096)</b>	<b>(1.948)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(640)</b>	<b>844</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	5.757	4.913
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	5.117	5.757
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(640)</b>	<b>844</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**  
**( Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>RECEITAS</b>		
Receitas operacionais.....	31.342	29.039
Outras receitas.....	9	3
Construção de ativos próprios.....	611	46.901
	<b>31.962</b>	<b>75.943</b>
<b>Menos:</b>		
<b>INSUMOS</b>		
Energia elétrica comprada para revenda.....	3.242	1.290
Encargos de uso da rede elétrica.....	95	409
Serviços de terceiros.....	3.881	1.576
Materiais.....	413	45.387
Outras despesas.....	533	613
	8.164	49.275
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO .....</b>	<b>23.798</b>	<b>26.668</b>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.....</b>	<b>(3.939)</b>	<b>(984)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE .....</b>	<b>19.859</b>	<b>25.684</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
Receitas Financeiras.....	1.804	1.429
	1.804	1.429
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR .....</b>	<b>21.663</b>	<b>27.113</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>		
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	65	58
	65	58
Federais :		
Imposto de renda e contribuição social.....	1.558	1.357
COFINS/ PIS.....	1.144	1.060
	2.702	2.417
	<b>2.767</b>	<b>2.475</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>		
Juros e encargos de dívidas.....	9.685	7.951
Arrendamentos e aluguéis.....	81	10
	9.766	7.961
<b>Remuneração de Capitais Próprios:</b>		
Dividendos.....	2.168	3.896
Lucros retidos.....	6.962	12.781
<b>Lucro líquido do exercício.....</b>	<b>9.130</b>	<b>16.677</b>
<b>TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>21.663</b>	<b>27.113</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Pirapora Energia S.A. ("Pirapora" ou "Companhia") é uma sociedade de propósito específico, integrante da administração indireta do Estado de São Paulo como subsidiária integral da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE). A Pirapora é uma Companhia de capital fechado e tem sede na cidade de São Paulo (SP), Avenida Nossa Senhora do Sabará, 5.312, Bairro Pedreira.

A Pirapora Energia S.A. tem por objetivo: administrar, construir, planejar, operar, manter e comercializar a energia produzida pela Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (PCH Pirapora).

Em 22 de dezembro de 2010, a EMAE constituiu uma Sociedade de Propósito Específico, na forma de subsidiária integral, a Pirapora. A Resolução ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada. A Resolução Autorizativa nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu que a autorização vigorará pelo prazo de 30 anos, contados da data de publicação dessa resolução. De acordo com essa autorização, ao final de seu termo, os bens e instalações vinculados serão concedidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigida que a autorizada restabeleça, por sua conta o livre escoamento das águas.

Em 30 de julho de 2010, a Companhia foi vencedora do 10º Leilão A-5 da ANEEL, cuja entrega de energia iniciou em 1º de janeiro de 2015. O preço médio definido foi de R\$ 154,49/MWh. O período de fornecimento estipulado nos contratos é de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevêem que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/09, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no parágrafo 7º- A do artigo 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga sua autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

A construção da PCH Pirapora foi concluída em dezembro de 2014, com 17 MW de garantia física.

Em 19.12.2014, mediante Despacho nº 4.867/2014, a ANEEL liberou a operação em teste das duas unidades geradoras da PCH. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nºs 4.951/2014, de 30 de dezembro de 2014, e 4.955/2014, de 31 de dezembro de 2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente. O início de suas operações se deu em 1º de janeiro de 2015.

Em 3 de janeiro de 2015, devido a falhas de dimensionamento no projeto executivo, foi necessária a paralisação das duas unidades geradoras.

Imediatamente o Consórcio PCH Pirapora, responsável pela obra, foi acionado pela Administração da Companhia e, em conjunto, alinharam um plano de trabalho para a realização das recuperações necessárias para o retorno das operações das duas unidades geradoras.

Como resultado desse alinhamento, em 30 de março de 2015 foi firmado aditivo ao contrato, prorrogando-se o prazo contratual, para 31 de outubro de 2015, ratificando-se a cláusula prevista no contrato original na qual o Consórcio se compromete a garantir todo o empreendimento, pelo prazo de 60 meses, a partir da data de entrada em operação das duas unidades geradoras e, em consequência, todos os custos inerentes.

Seguindo o cronograma definido no referido plano de trabalho o retorno da primeira unidade de geração ocorreu em julho/2015 e a segunda unidade em outubro/2015.

Cabe destacar que o aditivo contratual contém cláusula reservando à Companhia o direito de demandar a reparação de danos eventualmente sofridos até a data assinatura do instrumento, ou seja, 30 de março de 2015

Em 07 de janeiro de 2016, devido à ruptura de uma das pás do rotor hidráulico, foi determinado pela área técnica o desligamento emergencial da UG2.

Em 20 de janeiro de 2016, de forma preventiva a área técnica realizou inspeções e testes na UG1, constatando, também, a existência de problemas nas pás do rotor. Fato que tornou necessária a desmontagem da unidade para correção dos problemas.

Ambas as paralisações foram comunicadas tempestivamente a ANEEL, BNDES e ARSESP.

Análises e laudos realizados indicaram que a recuperação definitiva das máquinas exige alterações de projeto e troca de todas as pás. O retorno em operação das máquinas foi previsto para ocorrer nas seguintes datas:

<u>Atividade:</u>	<u>Data prevista:</u>	<u>Data realizada</u>
Retorno provisório de uma UG01	20/11/2016	25/11/2016
Retorno definitivo UG01	01/09/2017	-
Retorno definitivo UG02	01/10/2017	-

Em 9 de novembro de 2016, a ANEEL emitiu Ofício nº 565/2016-SFG/ANEEL para a Pirapora sobre a análise da condição de sua operação comercial, em virtude do fato que, em princípio, suas unidades geradoras não estariam disponíveis. A Administração da Companhia protocolou suas justificativas e argumentos dentro do prazo estipulado no referido ofício. Em 21 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu Ofício nº 652/2016-SFG/ANEEL, no qual a ANEEL informa sua conclusão pela não suspensão da operação comercial da PCH Pirapora

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting*

*Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 01/02/2017. Após a emissão somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa de alterar as demonstrações financeiras.

## **2.2 Moeda funcional**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de julgamentos e estimativas**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, para elaborar estimativas de determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados nestas demonstrações contábeis. Os valores que serão efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir destas estimativas realizadas, em função de novos eventos ou de novas informações disponíveis após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nestas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 – Imobilizado;

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **3.1 Receita operacional**

As fontes de receita referem-se a venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR), através de leilão de energia promovido pela ANEEL. A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases dos contratos com as distribuidoras de energia, administrados pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

### **3.2 Receitas e Despesas com juros**

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos.

### **3.3 Impostos e encargos setoriais sobre vendas**

Os principais impostos e contribuições que incidem sobre as receitas de vendas são os seguintes:

Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% sobre a venda de energia elétrica;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% sobre a venda de energia elétrica;

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### **3.4 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis ao regime de tributação com base no lucro presumido. Em virtude da utilização desse regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é determinada com base em um percentual da receita bruta, acrescida da receita financeira e ganho não operacional. Sobre essa base de cálculo são aplicadas as alíquotas desses impostos (25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social).

### **3.5 Imobilizado**

- Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for estimado que tenham vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

- Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia.

- Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas. A estimativa do valor residual do imobilizado da

Pirapora leva em consideração a melhor estimativa de sua Administração, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

### **3.6 Instrumentos financeiros**

A Companhia classificou seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: i.) “empréstimos e recebíveis”; ii) “ Passivo financeiro pelo custo amortizado e iii) “ativos financeiros disponíveis para venda”.

#### **i.) Empréstimos e recebíveis**

Nessa categoria são classificados os instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estejam cotados em mercado ativo. Dessa forma, a Companhia classificou nessa categoria seus principais instrumentos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa, Revendedores e Outros Créditos.

Os instrumentos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” foram registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente pelo custo amortizado.

#### **ii.) Passivo financeiro pelo custo amortizado**

Nessa categoria são classificados instrumentos financeiros não devirativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estejam cotados em mercado ativo. Foram classificados nessa categoria: Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, dividendos e outros passivos.

Os instrumentos financeiros classificados como “ Passivo financeiro pelo custo amortizado são registrados inicialmente pelo seu valor justo diminuído de seu custo de transação e mensurados posteriormente pelo seu custo amortizado.

#### **iii.) Ativos financeiros mantidos para venda**

A Companhia classificou nessa categoria Cauções e depósitos vinculados. Esse item é um instrumento financeiro sem um mercado ativo e com pagamento ainda não determinável.

### **3.7 Redução ao valor recuperável de ativos**

#### **i. Ativos financeiros**

Ativos financeiros da Companhia são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

#### **ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de reporte para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor de venda menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

### **3.7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Novos pronunciamentos, modificações de pronunciamentos e interpretações foram emitidas pelo IFRS e pelo CPC, os quais serão efetivos para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotados na elaboração destas demonstrações contábeis. A Companhia planeja aplicá-los a partir da data de sua vigência.

A seguir apresentamos um resumo desses novos documentos:

- Iniciativa de divulgação (*modificação no CPC 03 (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa*)

Essa modificação inclui novos requerimentos de divulgação, os quais têm a finalidade de possibilitar aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a movimentação dos passivos, que estão relacionados com as atividades contábeis na demonstração dos fluxos de caixa. Essas modificações requerem a divulgação da movimentação desses passivos identificando os itens que afetam o caixa e os itens que não afetam caixa.

Essa modificação vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou após de 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada.

A Companhia pretende adotar essa iniciativa nas divulgações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2017.

- Reconhecimento de ativos fiscal diferido sobre perdas não realizadas (*modificação no CPC 32 (IAS 12) Tributos sobre o lucro*)

Essa modificação fornece orientações para o registro de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo.

Essa modificação vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada.

Essa modificação não deverá trazer impactos à Companhia, em virtude de não haver instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

- *CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros*

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na *CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia pretende adotar esse pronunciamento nas divulgações efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

Apesar da Companhia julgar que o impacto da aplicação do CPC 48 não será significativo, com base na avaliação de seus instrumentos financeiros detidos em 31 de dezembro de 2016, essa avaliação deverá ser atualizada, uma vez que a Companhia terá que avaliar eventuais impactos na aplicação do CPC 48 sobre os instrumentos financeiros e as condições econômicas existentes 1º de janeiro de 2018, que determinarão as escolhas e julgamentos da Administração para a aplicação do CPC 48.

Apresentamos a seguir um resumo do CPC 48:

- a. Classificação de ativos financeiros: contém nova classificação e método de avaliação de ativos financeiros, os quais devem refletir o modelo de negócios da Companhia e sua controlada.

O CPC 48 contém 3 categorias para classificação de ativos financeiros: avaliado ao custo amortizado; avaliado a valor justo através de outros resultados abrangentes; e avaliado a valor justo por meio do resultado. Portanto, foram eliminadas as categorias: mantido até o vencimento; empréstimos e recebíveis; e disponível para venda.

De acordo com o CPC 48, derivativos embutidos, em contratos onde o ativo principal seja um ativo financeiro dentro do escopo do CPC 48, não serão bifurcados. Nesses contratos será aplicada uma única classificação tanto ao ativo como ao derivativo embutido.

- b. Provisão para perdas na realização de ativos (impairment): foi substituído o modelo de “perdas incorridas” pelo modelo de “expectativa de perdas nos créditos (ECL)”. A ECL será determinada com base em uma média ponderada das probabilidades de perdas, que deve considerar, no mínimo, a probabilidade de ocorrer a perda e de não ocorrer a perda. Essa mudança requererá um julgamento maior por parte da Companhia para determinar como as mudanças no ambiente econômico afetam as ECL.

O novo modelo de impairment é aplicável aos ativos financeiros avaliados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

- c. Classificação de passivos financeiros: o CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do IAS 39, entretanto, para os passivos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, entretanto, requer que as mudanças no valor justo decorrentes do risco de crédito sejam apresentados em outros resultados abrangentes e as mudanças remanescentes no valor justo sejam apresentados no resultado.
- d. Contabilidade de Hedge: na aplicação do inicial do CPC 48 deverá ser feita a opção de continuar aplicando os requerimentos do CPC 38 ou aplicar os do CPC 48. Considerando que a Companhia não utiliza atualmente a Contabilidade de Hedge, somente serão aplicados os requerimentos do CPC 48 se a Companhia vier a utilizar a Contabilidade de Hedge.
- e. Divulgação: o CPC 48 requer a divulgação de novas informações, particularmente sobre contabilidade de hedge, expectativa de perdas de crédito e risco de crédito. A Companhia avaliará as necessidades de novas

informações para efetuarem as adequações necessárias em seus processos para obtê-las.

f. Transição: a Companhia avaliará a transição para o CPC 48 com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de sua aplicação inicial.

- *CPC 47 Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15)*

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o *CPC 30 Receitas* e *CPC 17 Contratos de Construção*.

Esse pronunciamento vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Com o CPC 47, a entidade passa a reconhecer a receita quando a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação são transferidos ao cliente e estabelece um maior detalhamento nas divulgações.

A seguir apresentamos um resumo da aplicação desse CPC sobre a receita de suprimento de energia elétrica, que é a principal receita da Companhia:

A Companhia fornece energia elétrica através de contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado. A receita desses contratos é reconhecida em bases mensais de acordo com a sazonalização da energia acordada com o cliente. Esses contratos, bem como a energia comercializada em bases mensais, são registrados na CCEE tanto pelo vendedor como pelo comprador, de forma a confirmar a entrega e o recebimento da energia.

De acordo com o CPC 47, a receita somente deve ser registrada quando o cliente obtém o controle dos produtos.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção do CPC 47, mas não espera que haja impacto significativo na aplicação desse novo pronunciamento.

- *IFRS 16 Arrendamentos*

O IFRS16 introduz o modelo único para contabilização de arrendamentos estabelecendo que o arrendatário deve reconhecer, com limitadas exceções, ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas. O IFRS 16 substituirá o *CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil* e a *ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil*.

Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. Adoção antecipada é permitida somente se houver sido aplicado o CPC 47 antes do IFRS 16.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16, mas não espera que haja impacto significativo na aplicação desse novo pronunciamento.

Os pronunciamentos CPC e as mudanças no CPC 03 e 32 acima referidos foram homologados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade em 22 de

dezembro de 2016. O pronunciamento IFRS 16, até 31 de dezembro de 2016, não possuía um pronunciamento CPC correspondente.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Caixa e bancos conta movimento.....	1.066	1.165
Aplicações financeiras .....	4.051	4.592
	5.117	5.757

A Companhia aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 0,9458% ao mês (0,9030% em 31 de dezembro de 2015).

**5. REVENDEDORES**

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
Suprimento de energia para revendedores.....	4.019	3.641

Em virtude de não possuir contas a receber em atraso, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**6. OUTROS CRÉDITOS**

	<b>31.12.16</b>	<b>31.12.15</b>
<b>Circulante</b>		
GSF ( Generation Scaling Factor) Garantia física.....	928	876
Seguros.....	141	-
	1.069	876
<b>Não circulante</b>		
GSF ( Generation Scaling Factor) Garantia física.....	2.137	3.827
	2.137	3.827

**GSF-** Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº. 684/2015.

Por meio do Ofício “OF/A/023/2016” de 28 de janeiro de 2016, o pleito foi encaminhado para a ANEEL, optando pela repactuação do risco hidrológico pela classe de produto SP100.

Em 25 de janeiro de 2016, por meio do Despacho nº 189, a ANEEL anuiu o Termo de Repactuação nº 92/2016, que se tornou eficaz com a renúncia do direito de discutir o assunto em qualquer esfera judicial, arbitral ou administrativa.

No exercício de 2015, a crise hídrica, de forma geral, afetou a produção das empresas geradoras. Para suprir os contratos regulados nesse exercício, a empresa adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram elevados para R\$ 4.703.

O referido crédito será utilizado no pagamento do prêmio de cobertura do risco hidrológico correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita com venda De Energia Elétrica.....	31.342	31.342	29.040	29.040
Receita Financeira.....	1.804	1.804	1.429	1.429
Ganho Não Operacional.....	9	9	3	3
BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO:.....				
Energia Elétrica (a).....	2.507	3.761	2.323	3.485
Receita Financeira (b).....	1.804	1.804	1.429	1.429
Ganho Não Operacional (b).....	9	9	3	3
BASE DE CÁLCULO.....	4.320	5.574	3.755	4.917
Imposto De Renda ( 25%) (c).....	(1.056)	-	(915)	-
Contribuição social (9%).....	-	(502)	-	(443)
Tributo corrente do exercício.....	<u>(1.056)</u>	<u>(502)</u>	<u>(915)</u>	<u>(443)</u>

(a) Corresponde a 8% da base de cálculo para o IR e 12% para a CSLL

(b) Corresponde a 100% do valor da base de cálculo

(c) Corresponde a 15% mais adicional de 10%

Durante o exercício de 2016 e de 2015 , Pirapora Energia S.A, optou pela tributação pelo lucro presumido.

## 8. IMOBILIZADO

PIRAPORA	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.15		Baixa	Depreciação do período	Saldo em 31.12.16
		Adições				
Em serviço						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	49.648	101	-	(1.024)	48.725
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	48.930	134	(389)	(949)	47.726
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	63.804	376	-	(1.966)	62.214
Móveis e Utensílios.....	0,1%	2	-	-	-	2
<b>Subtotal.....</b>		<u>162.384</u>	<u>611</u>	<u>(389)</u>	<u>(3.939)</u>	<u>158.667</u>
<b>Total .....</b>		<u>162.384</u>	<u>611</u>	<u>(389)</u>	<u>(3.939)</u>	<u>158.667</u>

PIRAPORA	Taxas anuais médias de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.14		Transferência	Depreciação do período	Saldo em 31.12.15
		Adições				
Em serviço						
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	0,5%	-	-	49.910	(262)	49.648
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	0,5%	-	2.137	47.024	(231)	48.930
Máquinas e Equipamentos.....	0,8%	-	-	64.295	(491)	63.804
Móveis e Utensílios.....	0,1%	-	-	2	-	2
<b>Subtotal.....</b>		<u>-</u>	<u>2.137</u>	<u>161.231</u>	<u>(984)</u>	<u>162.384</u>
Em curso.....		116.466	-	(116.466)	-	-
Adiantamento a fornecedores.....		44.765	-	(44.765)	-	-
<b>Total .....</b>		<u>161.231</u>	<u>2.137</u>	<u>-</u>	<u>(984)</u>	<u>162.384</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia paralisou suas operações devido a uma quebra de equipamento em uma de suas unidades geradoras indicando uma possível perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros e desta forma a Administração realizou teste de recuperabilidade utilizando fluxos de caixas descontados baseados nas seguintes premissas: (i) período de autorização findo 31 de dezembro de 2044; e (ii) quantidade e preço de venda de energia contratada no ambiente regulado. Os fluxos de caixas foram descontados pela taxa de desconto regulatória após tributos (WACC ANEEL) de 9,0%. A Administração concluiu que não há necessidade de registro de provisão ao valor recuperável dos seus ativos.

## **9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Em 8 de março de 2012 a Companhia, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 80% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 31 de dezembro de 2016, o valor total atualizado do financiamento era de R\$ 91.725, (R\$ 97.002 em 2015), sendo R\$ 6.671 classificados como passivo circulante (R\$ 6.549 em 2015) e R\$ 85.054 como passivo não circulante (R\$ 90.453 em 31 de dezembro de 2015).

O vencimento será em 15/09/2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Pirapora cedeu fiduciariamente ao BNDES, os direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.

A cessão fiduciária mencionada, abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobrecustos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Estes valores encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante.

O contrato contém cláusulas de *covenants* qualitativos e quantitativos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu plenamente os *covenants* qualitativos e quantitativos.

Os *covenants* quantitativos serão calculados anualmente a partir de 31 de dezembro de 2016, conforme previsto no contrato de financiamento da Companhia. Anualmente, será preciso apresentar os seguintes índices ao BNDES:

### **1) ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida**

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICSD de, no mínimo 1,20 a ser calculado conforme previsão contratual.

**a) Geração de caixa - EBITDA no ano de referência 2016**

	R\$ mil
(+) Lucro bruto	18.560
(+) Depreciação	3.939
(=) <b>EBITDA</b>	<b>22.499</b>

**b) Serviço da dívida**

	R\$ mil
(+) Principal	6.612
(+) Juros	7.305
(=) <b>Total pago</b>	<b>13.917</b>

**c) Cálculo do ICSD (a/b)**

Mínimo exigido : 1,20

$$\frac{EBITDA}{\text{Serviço da dívida}} = \frac{R\$ 22.499}{R\$ 13.917} = \mathbf{R\$ 1,62}$$

**2) ICP - Índice de Capitalização Próprio**

A Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato, o ICP de, igual ou superior a 30%, definido como a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total.

Mínimo exigido : Igual ou superior a 30%

$$\frac{\text{Patrimônio líquido}}{\text{Ativo total}} = \frac{R\$ 79.557}{R\$ 174.515} = \mathbf{45,6\%}$$

**10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

- a) A Companhia, no ano de 2015, recebeu, da sua controladora EMAE, o montante de R\$ 4.588 a título de contrato de Mútuo. O contrato de Mútuo de prazo de 12 meses com a possibilidade de prorrogação para 24 meses, sendo a taxa de juros aplicada de 0,28% ao mês acrescida da variação mensal do IPC-A. Esse contrato de mútuo foi registrado na conta Outros, no Passivo Circulante. Esse contrato foi liquidado em 22 de dezembro de 2016 pelo valor de R\$5.589.
- b) A Companhia no ano de 2016 contratou os serviço de operação e manutenção de sua controladora EMAE. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No período findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu em seu resultado uma despesa de prestação de serviço no valor de R\$ 1.597.

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 11.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 59.390 está dividido em 29.690 ações ordinárias detidas pela EMAE, sua controladora, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

De acordo com o parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado em dinheiro ou bens até o limite máximo de R\$158.000 mediante deliberação do Conselho de Administração do Acionista Único, ouvindo-se antes o Conselho Fiscal e mediante autorização do Conselho de Defesa de Capitais do Estado – CODEC.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve emissão ou resgate de ações.

### 11.2 Proposta de destinação do resultado

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Resultado do exercício.....	9.130	16.677
(-) Prejuízos acumulados.....	-	(271)
Lucro líquido do exercício.....	9.130	16.406
Reserva Legal (5%).....	(457)	(821)
Resultado após reserva legal.....	8.673	15.585
Dividendo Obrigatório (25%).....	(2.168)	(3.896)
Reserva de retenção de lucros.....	(6.505)	(11.689)
<b>Lucro Remanescente .....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A Companhia projeta um caixa mínimo de R\$ 10.000 para manter suas atividades operacionais com base em seu orçamento aprovado para o exercício de 2017, sendo assim se faz necessário a constituição da reserva de retenção de lucros.

### 11.3 Lucro por ação

O lucro por ação básico está demonstrado a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício -R\$.....	9.130	16.677
Número de ações ordinárias.....	29.690	29.690
Lucro por ação básico e diluído - R\$/ação.....	<b>307,5109</b>	<b>561,7043</b>

A Companhia não possui instrumentos que possam ter efeitos diluidores no lucro por ação, dessa forma o lucro por ação básico e o lucro por ação diluídos é o mesmo valor.

## 12 RECEITAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Suprimento de energia - leilão.....	31.242	28.581
Energia de curto prazo - CCEE.....	100	458
	<u>31.342</u>	<u>29.039</u>
<b>DEDUÇÕES A RECEITA OPERACIONAL</b>		
COFINS s/ receitas operacionais.....	(940)	(871)
PIS s/ receitas operacionais.....	(204)	(189)
	<u>(1.144)</u>	<u>(1.060)</u>
Receita operacional líquida.....	<u>30.198</u>	<u>27.979</u>

## 13 CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Material.....	(23)	-
Serviço de terceiros (a).....	(3.660)	(62)
Energia elétrica comprada para revenda (b).....	(3.242)	(1.289)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(95)	(409)
Depreciação.....	(3.939)	(984)
Outras despesas.....	(679)	(681)
	<u>(11.638)</u>	<u>(3.425)</u>

**(a) Serviços de terceiros** – Corresponde a serviços prestados de operação e manutenção necessário para o funcionamento da PCH.

**(b) Energia elétrica comprada para revenda** - A Companhia recorreu ao MRE e adquiriu 140.545 MVh no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (140.160 MVh em 2015).

## 14 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>
<b>Receitas</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	1.420	868
Ganho adesão GSF.....	273	539
Outras.....	111	22
	<u>1.804</u>	<u>1.429</u>
<b>Despesas</b>		
Juros BNDES.....	(8.640)	(7.940)
Juros contrato mútuo entre partes relacionadas.....	(1.001)	-
Outras.....	(44)	(11)
	<u>(9.685)</u>	<u>(7.951)</u>
	<u>(7.881)</u>	<u>(6.522)</u>

## 15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>31.12.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>Classificação</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5.117	5.757	Empréstimos e recebíveis
Revendedores.....	4.019	3.641	Empréstimos e recebíveis
Outros créditos.....	3.206	4.703	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados.....	3.480	3.683	Disponível para venda
Fornecedores.....	511	198	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos.....	91.725	97.002	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Dividendos.....	2.168	3.896	Passivo financeiro pelo custo amortizado
Outros passivos.....	268	5.812	Passivo financeiro pelo custo amortizado

### Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	<u>Nível I</u>	<u>Nível II</u>	<u>Nível III</u>
Cauções e depósitos vinculados.....		X	

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e a sua energia é comercializada através de contratos no ambiente regulado de energia, vendidos através de leilão promovido pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

#### (a) Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez

e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos, quando aplicável.

**(a.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

**(a.2) Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento - o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 5.117 (R\$ 5.757 em 2015), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

**(a.3) Exposição a riscos cambiais**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

**(a.4) Exposição a riscos de taxas de juros**

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 31 de dezembro de 2016, com CDI overnight de 13,63% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		13,63%	10,22%	6,82%
Aplicações financeiras	4.051	552	414	276

I-CVM 475	Saldo 31.12.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
CDI		13,63%	17,04%	20,45%
Aplicações financeiras	4.051	552	690	828

A Companhia, possui empréstimo contratado junto ao BNDES para financiamento da construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção do saldo devedor em 31 de dezembro de 2016, referente às parcelas já liberadas, para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP atual de 7,50% a.a.

I-CVM 475	Saldo 31.12.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	7,50%	7,50%	9,38%	11,25%
Liberado pelo BNDES	91.725	6.879	8.604	10.319

I-CVM 475	Saldo 31.12.2016	Cenário Provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
TJLP	7,50%	7,50%	5,63%	3,75%
Liberado pelo BNDES	91.725	6.879	5.164	3.440

Fonte: TJLP (BNDES).

#### (a.5) Risco de liquidez

A Companhia possui política de gerenciamento de riscos e avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos e financiamentos” está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	511	-	-	-	-	511
Empréstimos e financiamentos (BNDES)	2.974	8.923	11.898	47.592	92.209	163.596
Dividendos	-	2.168	-	-	-	2.168
Outros passivos	268	-	-	-	-	268
<b>Total</b>	<b>3.753</b>	<b>11.091</b>	<b>11.898</b>	<b>47.592</b>	<b>92.209</b>	<b>166.543</b>

**(a.6) Risco de aceleração de dívida**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômicos-financeiros e outros. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia está em conformidade dos termos dos *covenants* (veja Nota Explicativa nº 9).

**(b) Risco Hidrológico**

A PCH Pirapora, de propriedade da Pirapora Energia S.A., aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei nº 13.203/2015 no produto SP 100 (cobertura total) conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

**(c) Risco de regulação**

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia .

**(d) Risco de alteração na legislação tributária**

O governo federal poderá implementar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia , principalmente se aumentarem a carga tributária.

**(e) Risco de preço**

Os preços de comercialização de energia elétrica da Controlada são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

A cada 1% de variação do IPCA (positivo ou negativo), a receita bruta da companhia é impactada em R\$ 312, e o lucro líquido em R\$ 291.

**(f) Risco relacionado à integridade do empreendimento**

Um risco inerente às operações da Companhia é a possibilidade de rompimento ou galgamento das barragens, o que pode ocasionar inundações em áreas vizinhas e acidentes. A companhia adota uma política de segurança de barragens para reduzir a probabilidade de ocorrerem esses eventos ou minimizar seus impactos.

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Conselheiros e Diretores da  
**Pirapora Energia S.A.**  
São Paulo S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Pirapora Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pirapora Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar pelas IFRS, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que possam ser identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador CRC 1SP141128/O-2